

Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem

por Rudolf Carnap

1. INTRODUÇÃO

EXISTIRAM MUITOS *opositores da metafísica*, desde os céticos gregos até os empiristas do século XIX. Críticas de diversos tipos têm sido apresentadas. Muitos declararam que a doutrina da metafísica *é falsa*, já que ela contradiria o conhecimento empírico. Outros consideraram-na *incerta*, já que os seus problemas ultrapassam os limites do conhecimento humano.

Muitos antimetafísicos declararam que a ocupação com questões metafísicas *é estéril*. Se estas questões podem ou não ser respondidas, de qualquer forma é desnecessário preocupar-se com elas; devotemo-nos inteiramente às tarefas práticas que afrontam os homens ativos a cada dia!

O desenvolvimento da *lógica moderna* tornou possível dar uma nova e mais aguda resposta à questão da validade e justificação da metafísica. As investigações da “lógica aplicada” ou “teoria do conhecimento”, que se colocam a tarefa de, através da análise lógica, clarificar o conteúdo cognitivo das proposições científicas e dessa forma o significado das palavras que ocorrem nas proposições (“conceitos”), levam a um resultado positivo e a um negativo.

O resultado positivo é alcançado no domínio da ciência empírica; são clarificados os vários conceitos dos diferentes ramos da ciência; sua conexão lógico-formal e epistemológica é explicitada. No domínio da metafísica (incluindo toda filosofia do valor e ciência normativa) a análise lógica produz o resultado negativo de *que as pretensas proposições neste domínio são inteiramente sem sentido*.

Deste modo, uma superação radical da metafísica é alcançada, de forma tal que não era ainda possível a partir das posições antimetafísicas anteriores. É verdade que idéias relacionadas já podiam ser encontradas em linhas mais antigas de reflexão, por exemplo, aquelas de tipo nominalista. Porém é apenas agora, durante as últimas décadas, quando o desenvolvimento da lógica possibilitou uma ferramenta de precisão suficiente, que o passo decisivo pode ser dado.

Ao dizer que as assim chamadas proposições da metafísica são *sem sentido*, entendemos essa palavra em seu sentido rigoroso. Em um sentido não-rigoroso, uma proposição ou uma pergunta, às vezes, é dita sem sentido se é inteiramente estéril enunciá-la ou perguntá-la, como, por exemplo, a pergunta: “qual é o peso médio daqueles habitantes de Viena cujo telefone termina com três?”, ou sobre uma proposição que é obviamente falsa como “em 1910 Viena tinha 6 habitantes”, ou sobre uma proposição que não é apenas empiricamente, mas logicamente falsa, uma proposição contraditória, como “as pessoas A e B são um ano mais velhas que a outra, respectivamente”.

Tais proposições realmente possuem sentido, apesar de infrutíferas ou falsas, por que somente proposições com sentido podem ser divididas em (teoricamente) frutíferas e infrutíferas, verdadeiras

e falsas. Em sentido rigoroso, contudo, é sem sentido uma sequência de palavras que, dentro de uma linguagem específica, não constituir uma proposição. Pode acontecer que, à primeira vista, uma tal sequência de palavras pareça ser uma proposição; neste caso, chamemo-la de pseudo-proposição. Nossa tese, agora, é que a análise lógica revela que as pretensas proposições da metafísica são pseudo-proposições.

Uma linguagem consiste em um vocabulário e uma sintaxe, isto é, um conjunto de palavras que têm significado e regras de formação de frases. Essas regras indicam como podem ser formadas frases a partir dos vários tipos de palavras. De acordo com isso, existem duas espécies de pseudo-proposições: ou elas contêm uma palavra que, erroneamente, se acredita ter sentido, ou as palavras constituintes possuem significado, todavia estão arrançadas em uma forma contra-sintática, de modo que não geram uma proposição com sentido.

Veremos que exemplos de pseudo-proposições de ambos os tipos ocorrem na metafísica. Mais tarde, deveremos considerar as razões que apóiam nossa afirmação de que, em seu conjunto, a metafísica consiste de tais pseudo-proposições.

2. O SIGNIFICADO DE UMA PALAVRA

Quando uma palavra (dentro de uma linguagem determinada) tem um significado, costuma-se também dizer que designa um conceito: se ela somente parece ter significado quando realmente não tem, falamos de um “pseudo-conceito”.

Como pode ser explicada a origem de um pseudo-conceito? Cada palavra não foi introduzida na linguagem apenas para expressar algo determinado, de modo que tivesse um significado definido desde o início de seu uso? Então como pode uma linguagem tradicional conter palavras sem significado?

É certo que originalmente cada palavra (excetuando raros casos que ilustraremos mais tarde) tinha um significado. Ao longo do desenvolvimento histórico, frequentemente, uma palavra muda seu significado. Também acontece, às vezes, que uma palavra perde seu antigo significado sem adquirir um novo. Assim surge um pseudo-conceito.

No que consiste, então, o *significado de uma palavra*? Que estipulações concernentes a uma palavra devem ser feitas para que ela seja significativa? (Não interessa para nossa consideração se estas estipulações são feitas explicitamente, como no caso de algumas palavras e símbolos da ciência moderna, ou se sobre elas houve concordância tácita, como é o caso da maioria das palavras da linguagem comum).

Primeiro, a *sintaxe* da palavra deve ser fixada, isto é, o modo de sua ocorrência na forma proposicional mais simples em que é capaz de ocorrer. Chamemos esta forma proposicional de

forma *proposicional elementar*. A forma proposicional elementar para a palavra “pedra” é, por exemplo, “x é uma pedra”; nas proposições dessa forma, alguma designação da categoria de coisas ocupa o lugar de “x”, por exemplo, “este diamante”, “esta maçã”.

Em segundo lugar, para uma proposição elementar S contendo a palavra, uma resposta deve ser dada às seguintes questões, que podem ser formuladas de várias maneiras:

- (1) De que frases S é derivada e que frases são derivadas de S?
- (2) Sob que condições S deve ser verdadeira e sob que condições falsa?
- (3) Como S pode ser *verificada*?
- (4) Qual é o *sentido* de S?

(1) é a formulação correta; a formulação (2) concorda com o modo de falar da Lógica, (3) com o modo de falar da teoria do conhecimento, (4) com aquele da filosofia (fenomenologia). Que (2) expressa o que os filósofos querem dizer com (4), foi enunciado por Wittgenstein: o significado de uma frase consiste em sua condição de verdade. ((1) é a "formulação metalógica", uma descrição detalhada da metalógica como uma teoria da sintaxe e do sentido, isto é, das relações de derivação, será dada mais tarde, em outro lugar.)

No caso de muitas palavras, especificamente no caso de todas as palavras das ciências, é possível especificar seu significado pela redução a outras palavras (“constituição”, definição). Por exemplo, “artrópodes” são “animais com corpos segmentados e patas articuladas”. Desta forma, a supramencionada questão sobre a forma da proposição elementar da palavra “artrópodes”, que é sobre a forma da proposição “a coisa x é um artrópode”, está respondida; foi estipulado que uma frase desta forma é reduzida da premissa da forma “x é um animal”, “x tem corpo segmentado”, “x tem patas articuladas”, “x tem casca de quitina”, e que, inversamente, cada uma dessas frases de que a sentença deve ser inferida. Através das estipulações sobre a derivabilidade (em outras palavras: sobre o critério de verdade, sobre o método de verificação, sobre o sentido) da proposição elementar sobre “artrópodes” o significado da palavra “artrópodes” é fixado. Deste modo, cada palavra da linguagem é reduzida a outras palavras, e, finalmente, as palavras que ocorrem nas assim chamadas “proposições observacionais” ou “proposições protocolares”. É por meio desta redução que a palavra adquire seu significado.

Para nossos propósitos podemos ignorar inteiramente a questão concernente ao conteúdo e forma das proposições primárias (proposições protocolares), que ainda não foi definitivamente estabelecida. Na teoria do conhecimento é costumeiro dizer que as proposições primárias se referem “ao dado”; mas não há nenhum acordo na questão sobre o que é isso que é dado, às vezes é tomada a

posição de que as proposições sobre o dado falam das qualidades mais simples do sentir e do perceber (por exemplo, “quente”, “azul”, “alegre”, e assim por diante); outros se inclinam à posição de que as proposições primárias se referem ao conjunto de vivências e relações de semelhanças entre elas; uma opinião ainda diferente é que mesmo proposições primárias falam de coisas. A despeito dessa diversidade de opiniões, é certo que uma sequência de palavras somente tem um significado quando suas relações de derivação a partir de proposições protocolares são fixadas, quaisquer que sejam tais características das proposições protocolares; e, de modo similar, que uma palavra é significativa somente se as proposições em que pode ocorrer são redutíveis à proposições protocolares.

Após o significado de uma palavra ser determinado por seu critério de aplicação (em outras palavras: pelas relações de redutibilidade registradas por sua proposição elementar, por suas condições de verdade, pelo método de sua verificação) a estipulação do critério destrói a liberdade de alguém decidir o que deseja “significar” com a palavra. Se a palavra deve receber um significado exato, nada menos que o critério deve ser dado; por outro lado, não pode dar mais que o critério, porque é uma determinação suficiente de significado. O significado está contido implicitamente no critério, tudo que resta a fazer é tornar o significado explícito.

Suponhamos, para fins de ilustração, que alguém inventou a palavra “babig” e mantém que há coisas que são “babig” e coisas que não são “babig”. Para experimentar o significado que há desta palavra, perguntaríamos sobre seu critério: como se pode estabelecer, em caso concreto, se uma dada coisa é “babig” ou não? Vamos supor, para começar, que não conseguimos a resposta dele: não há sinais empíricos de “babigidade”, ele diz. Nesse caso o emprego não é admissível.

A pessoa que usa a palavra diz que, não obstante, há coisas que são “babig” e há coisas que não são “babig”, e que tudo o que resta ao fraco e finito intelecto do homem é um segredo eterno sobre que coisas são “babig” e quais não, então tomaríamos isso como falatório vazio. Mas, talvez, ele nos assegure que gostaria de dizer, ao final, algo com a palavra “babig”. Disto, porém, aprendemos apenas o fato psicológico de que ele associou algum tipo de representação e sentimento com a palavra. No entanto, a palavra não adquire um significado através de tais associações. Se um critério para a palavra não é estipulado, então, as proposições em que ocorrem não dizem nada, elas não são mais que pseudo-proposições.

Em segundo lugar, aceitamos um caso quando é dado um critério para uma nova palavra, digamos “bebig”; em particular consideremos que a proposição “esta coisa é bebig” é verdadeira se e somente se a coisa é “quadrangular” (é irrelevante, para nossas reflexões, se o critério é declarado explicitamente ou se derivamos ele da observação dos usos afirmativos e negativos da palavra).

Diremos então: a palavra “bebig” tem o mesmo significado que a palavra “quadrangular”. E não permitiremos que seu usuário nos diga que, apesar disso, “pretende” alguma outra coisa com

ela além de “quadrangular”; o pensamento que toda coisa quadrangular é também “bebig” e que, inversamente, é assim somente porque a quadrangularidade é a manifestação visível da “bebigidade”, mas que a última é uma propriedade oculta, não observável em si mesma. Replicaríamos que após o critério ter sido fixado que o significado de “bebig” e “quadrangular” também está fixado, e que não somos mais livres para “pretender” isto ou aquilo com a palavra.

Resumamos brevemente o resultado de nossa análise. Seja “a” qualquer palavra e “S(a)” a proposição elementar em que ocorre. Então, a condição necessária e suficiente para “a” possuir significado pode ser dada por cada uma das seguintes formulações, que basicamente dizem a mesma coisa:

1. Os critérios empíricos (*empirical criteria*) de “a” são conhecidas.
2. Está determinado a partir de quais proposições protocolares “S(a)” pode ser *derivada*.
3. As *condições de verdade* para “S(a)” estão estabelecidas.
4. O caminho de *verificação* de “S(a)” é conhecido.¹

3. PALAVRAS METAFÍSICAS SEM SIGNIFICADO

Muitas palavras da metafísica agora podem ser mostradas como não cumprindo o requisito acima e sendo, portanto, destituídas de significado.

Tomemos como exemplo o termo metafísico “princípio” (no sentido de princípio de ser, não como princípio de conhecimento ou axioma). Vários metafísicos oferecem uma resposta à questão de qual é (o mais elevado) “princípio do mundo” (ou das “coisas”, do “ser”, do “ente”), por exemplo, água, número, forma, movimento, vida, o espírito, a idéia, o inconsciente, a ação, o bem, e assim por diante.

Para descobrir o significado da palavra “princípio” nesta questão metafísica, devemos perguntar ao metafísico sob que condições uma proposição da forma “x é o princípio de y” seria verdadeira e sob que condições seria falsa. Em outras palavras: pedimos pelos critérios ou pela definição da palavra “princípio”.

O metafísico responde aproximadamente como segue: “x é o princípio de y” quer dizer “y surge a partir de x”, “o ser de y repousa sobre o ser de x”, “y existe em virtude de x”, e assim por diante. Mas estas palavras são ambíguas e indeterminadas. Frequentemente elas têm um significado claro; por exemplo, dizemos de uma coisa ou processo y que “surge a partir de x” quando observamos que coisas ou processos do tipo x são, frequentemente, ou invariavelmente, seguidos por coisas ou processos do tipo y (concepção causal no sentido de uma sucessão regular); mas o

¹ Para concepção lógica e epistemológica que fundamenta nossa exposição que apenas brevemente pode ser insinuada aqui, cf. Wittgenstein *Tractatus Logico-Philosophicus*, 1922, e Carnap, *Der logische Aufbau der Welt*, 1928.

metafísico nos diz que ele não quer significar esta relação empiricamente constatável. Pois, nesse caso, suas teses metafísicas seriam proposições meramente empíricas do mesmo tipo daquelas da física.

A palavra “surgir” não deveria ter aqui o significado de uma relação de sequência temporal ou relação de condicionalidade, que é o que a palavra ordinariamente significa. Mesmo assim, nenhum critério é especificado para algum outro significado. Consequentemente, o pretenso significado “metafísico”, em contraste ao mencionado significado empírico, não existe. Se refletirmos sobre o significado original da palavra “*principium*” (e da palavra grega correspondente *arché*) notamos o mesmo desenvolvimento.

A palavra está explicitamente desprovida do significado original de “começo”; não se deve mais significar o temporalmente primeiro, mas o anterior em algum outro sentido, especificamente metafísico. Os critérios para este “aspecto metafísico”, contudo, não são oferecidos. Em ambos os casos, então, a palavra foi destituída de seu significado original sem que lhe fosse dado um novo; permanece ali a palavra como uma concha vazia.

De um período antigo significativo, ela é ligada associativamente com várias representações; estas, por sua vez, associam-se com novas representações e sentimentos em um novo contexto de emprego. Mas a palavra não se torna significativa em razão disso, permanecendo sem significado enquanto nenhum caminho de verificação possa ser descrito.

Outro exemplo é a palavra “Deus”. Devemos aqui, à parte as variações de seu uso dentro de cada domínio, distinguir o uso linguístico em três diferentes casos ou períodos históricos que, todavia, sobrepõem-se temporalmente. No uso *mitológico* da linguagem, a palavra tem um significado claro. Ela (ou palavras paralelas em outras línguas) é usada algumas vezes para designar criaturas corpóreas que estão entronizadas no Monte Olimpo, no Céu ou no Inferno, e que são dotadas de poder, sabedoria, bondade e felicidade em uma extensão maior ou menor.

Algumas vezes a palavra também se refere a criaturas espirituais e com alma que, na verdade, não possuem corpos do tipo humano, ainda que se manifestem, apesar disso, de alguma forma nas coisas e processos do mundo visível e são, portanto, empiricamente constatáveis. No uso *metafísico* da linguagem, pelo contrário, “Deus” designa alguma coisa supraempírica, a palavra é expressamente despida do seu significado de um ser corpóreo, ou ser espiritual que seja inserido no corpóreo. Como não lhe é dado um novo significado, torna-se sem significado. Por certo, as coisas frequentemente se apresentam como se a palavra “Deus” possuísse significado também na metafísica.

Porém, as definições que são construídas provam, sob inspeção mais detalhada, que são pseudo-definições. Elas levam, ou para combinações logicamente inadmissíveis de palavras (de que trataremos mais tarde), ou para outras palavras metafísicas (por exemplo, “fundamento”, “o

absoluto”, “o incondicional”, “o autônomo”, “o independente”, e assim por diante), mas em caso algum às condições de verdade de suas proposições elementares. No caso dessa palavra, nem mesmo o primeiro requisito da lógica é alcançado, que é o requisito de especificar sua sintaxe, isto é, a forma de sua ocorrência em proposições elementares. Uma proposição elementar deveria ter aqui a forma de “x é um Deus”; mas o metafísico rejeita completamente essa forma sem especificar uma diferente, ou se ele aceita, não indica a categoria sintática da variável x (categorias são, por exemplo, corpos, propriedades de corpos, relações entre corpos, números etc.).

O uso *teológico* da linguagem, no tocante a palavra “Deus”, está entre o uso mitológico e o uso metafísico. Não há aqui um significado próprio, mas uma oscilação de um dos dois usos mencionados para outro. Muitos teólogos têm um conceito claramente empírico (em nossa terminologia, “mitológico”) de Deus. Neste caso não há pseudo-proposições; mas a desvantagem para o teólogo reside na circunstância de que, de acordo com esta interpretação, as proposições da teologia são empíricas e, portanto, estão sujeitas ao juízo da ciência empírica.

Com outros teólogos há claramente o uso metafísico da linguagem. Por vezes, o uso da linguagem é confuso, seja porque seguem este ou aquele uso, seja porque movimentam-se em expressões que não são claramente compreendidas e que tendem para ambos os lados.

Do mesmo modo que os exemplos examinados “princípio” e “Deus”, a maioria dos outros termos *especificamente metafísicos são destituídos de significado*, por exemplo, “a idéia”, “o absoluto”, “o incondicionado”, “o infinito”, “o ser do ente”, “não-ente”, “coisa em si”, “espírito absoluto”, “espírito objetivo”, “essência”, “ser em si”, “ser em si e para si”, “emanação”, “manifestação”, “articulação”, “o eu”, “o não eu” etc. Estas expressões estão no mesmo barco de “babig”, nosso exemplo previamente fabricado. O metafísico diz-nos que não podem ser especificadas condições de verdade empíricas; se acrescenta que, não obstante, ele “quer dizer” algo, sabemos que isto é meramente uma alusão a representações e sentimentos associados que, entretanto, não conferem um significado à palavra. As pretensas proposições da metafísica que abrangem tais palavras não têm sentido, não dizem nada, são meras pseudo-proposições. Como deve ser explicado seu surgimento histórico, investigaremos mais tarde.

4. O SENTIDO DE UMA PROPOSIÇÃO

Até agora consideramos apenas aquelas pseudo-proposições que contêm uma palavra sem significado. Mas há um segundo tipo de pseudo-proposição. Elas consistem de palavras com significado, mas arranjadas de um modo tal que, não obstante, resultam em nenhum sentido. A sintaxe de uma linguagem especifica que combinações de palavras são admissíveis e quais são

inadmissíveis. A sintaxe gramatical das linguagens naturais, entretanto, não satisfaz a tarefa da eliminação de combinações sem sentido de palavras em todos os casos. Tomemos como exemplos as seguintes sequências de palavras:

1. “César é e”.
2. “César é um número primo”.

A sequência (1) é formada contra-sintaticamente, as regras de sintaxe requerem que a terceira posição seja ocupada, não por uma conjunção, mas por um predicado, portanto, por um substantivo (com artigo) ou um adjetivo. A sequência de palavras “César é um general”, p.ex, é formada de acordo com as regras de sintaxe. É uma sequência de palavras com sentido, uma proposição legítima. Mas agora, a sequência de palavras (2) é da mesma forma correta sintaticamente, pois tem a mesma forma gramatical que a proposição recém mencionada. Não obstante, (2) é sem sentido. “Número primo” é uma propriedade de números; não pode ser atribuída, nem não atribuída para uma pessoa. Uma vez que (2) parece ser uma proposição, mas não é uma proposição, não diz nada, nem expressa um estado de coisas subsistente, chamemos essa sequência de palavras de “pseudo-proposição”.

O fato de que as regras de sintaxe gramatical não sejam transgredidas, facilmente conduz alguém, à primeira vista, para a opinião errônea de que ainda se trate de uma proposição, apesar de falsa. Mas “a é um número primo” é falsa se e somente se “a” é divisível por um número natural diferente de “a” e de 1; evidentemente é ilícito colocar aqui “César” em lugar de “a”. Este exemplo foi escolhido porque o sem sentido é detectável facilmente. Muitas das assim chamadas proposições da metafísica não são tão facilmente reconhecíveis como pseudo-proposições.

O fato de que a linguagem usual permita a formação de sequências de palavras sem significado sem violar as regras da gramática, indica que a sintaxe gramatical, de um ponto de vista lógico, é insuficiente. Se a sintaxe gramatical correspondesse exatamente à sintaxe lógica, as pseudo-proposições não poderiam surgir. Se a sintaxe gramatical não diferenciasse somente as classes gramaticais dos substantivos, adjetivos, verbos, conjunções, etc., mas dentro de cada uma dessas classes fizesse as distinções adicionais que são logicamente indispensáveis, então nenhuma pseudo-proposição poderia ser formada.

Se, por exemplo, os substantivos fossem gramaticalmente subdivididos em muitos tipos de palavras, em correspondência à designação de propriedade de corpos físicos, de números, etc., então as palavras “general” e “número primo” pertenceriam a classes gramaticais diferentes, e (2) seria tão linguisticamente incorreta como (1). Em uma linguagem corretamente construída, portanto, todas as sequências de palavras sem sentido seriam do tipo do exemplo (1). Considerações gramaticais, em certa medida, já as eliminariam; isto é, para evitar o sem sentido, seria desnecessário prestar atenção aos significados individuais das palavras para além da sua classe sintática (sua “categoria sintática”,

por exemplo, coisa, propriedade de coisas, relação entre coisas, número, propriedade de número, relação entre números, e assim por diante).

Se nossa tese de que as proposições da metafísica são pseudo-proposições é justificada, então a metafísica não poderá ser expressa em uma linguagem construída da forma logicamente correta. Esta é a grande importância filosófica da tarefa de construir uma sintaxe lógica, tarefa essa que no momento ocupa os lógicos

5. PSEUDO-PROPOSIÇÕES METAFÍSICAS

Desejamos mostrar agora alguns exemplos de pseudo-proposições metafísicas nas quais a violação da sintaxe lógica é especialmente clara, apesar de concordarem com a sintaxe histórico-gramatical. Seleccionemos algumas proposições daquela doutrina metafísica que exerce, no presente, a mais forte influência na Alemanha².

“Pesquisado deve ser apenas o ente e mais – *nada*; somente o ente e além dele – *nada*; unicamente o ente e além disso – *nada*; unicamente o ente, e além do ente – *nada*. *Que acontece com este nada?* [...] *Existe o nada apenas porque existe o “não”, isto é, a negação?* Ou não acontece o contrário? *Existe a negação e o “não” apenas porque “existe” o nada?* ... Nós afirmamos: *o nada é mais originário que o “não” e a negação*. [...] Onde procuramos o nada? Onde encontramos o nada? [...] nós conhecemos o nada [...] *A angústia manifesta o nada* [...] Diante de que e por que nós nos angustiávamos era “propriamente” – nada. Efetivamente: o nada mesmo – enquanto tal – estava aí. [...] *O que é este nada? O próprio nada nadiifica.*”

Para mostrar que a possibilidade de formar pseudo-proposições é baseada em um defeito lógico da linguagem, construímos o esquema abaixo. As frases sob I são gramaticalmente e logicamente impecáveis, com sentido, portanto. As proposições sob II (exceto B3) estão gramaticalmente em perfeita analogia com aquelas sob I. A forma da proposição em IIA (como pergunta e resposta) não corresponde, de fato, às exigências que devem ser postas a uma linguagem logicamente correta. Mas, não obstante, é significativa porque é traduzível para linguagem correta. Isso é mostrado pela proposição IIIA, que tem o mesmo sentido de IIA. A forma da proposição IIA, então, mostra-se inconveniente porque podemos ser levados, a partir dela, por meio de operações gramaticais inobjektáveis, às formas da proposição sem sentido IIB, que são tirados da situação acima. Essas formas não poderiam ser construídas na linguagem correta da coluna III. Não obstante, sua falta de sentido não é notada à primeira vista, porque se é facilmente enganado pela

² As citações seguintes (itálicos no original) foram extraídas de M. Heidegger, *Was ist Metaphysik?* 1929. Poderíamos ter seleccionado passagens de quaisquer outros dos numerosos metafísicos, do presente ou do passado; assim mesmo, as passagens seleccionadas parecem-nos ilustrar nossa tese muito bem.

analogia com as proposições com sentido de IB. Portanto, a falha da nossa linguagem aqui constatada consiste em que, em contraste a uma linguagem logicamente correta, ela admite sequências de palavras com e sem sentido. Para cada frase, acrescentamos uma fórmula correspondente na notação da logística; estas fórmulas permitem reconhecer de forma especialmente clara a analogia inconveniente entre IA e IIA e com isso o surgimento das formações sem sentido IIB.

I. Proposições com sentido da linguagem comum. II. Transição de sentido para sem sentido na linguagem comum III. Linguagem logicamente correta

A. O que está lá fora? (o que há lá fora?) A. O que está lá fora? (o que há lá fora?) A. Não há algo que esteja lá fora.

Fo (?)

Fo (?)

Lá fora está a chuva (há chuva lá fora)

Há nada lá fora

$\sim(\exists \mathbf{x})\mathbf{Fo}(\mathbf{x})$

Fo (na)

Fo (c)

B. O que acontece com esta chuva? (i.e. o que a chuva faz? Ou: o que mais pode ser dito sobre esta chuva?)

B. “Que acontece com este nada?”

B. Todas essas formas não podem ser formadas.

?(na)

?(c)

1. Conhecemos a chuva

1. “procuramos o nada”
“encontramos o nada”
“conhecemos o nada”

Co(c)

Co(na)

2. A chuva chove.

2. “O próprio nada nadifica.”

Ch (c)

Na(na)

3. “Existe o nada apenas porque...”

$\exists \mathbf{x}(\mathbf{na})$

Com uma inspeção mais detalhada das pseudo-proposições sob IIB, encontramos ainda certas diferenças. A formação de proposições (1) é baseada simplesmente no erro do emprego da palavra “nada” como um nome de objeto, porque na linguagem comum é corriqueiro usá-la nessa

forma para construir uma proposição existencial negativa (ver IIA). Em uma linguagem correta, pelo contrário, não é um nome particular, mas uma certa *forma lógica* da frase que serve para o mesmo propósito (ver IIIA). A frase IIB2 acrescenta algo novo, a saber, a formação da palavra sem significado “nadificar”; essa frase, portanto, é sem sentido por duas razões. Assinalamos antes que as palavras sem significado da metafísica usualmente devem sua origem no fato de uma palavra significativa ser destituída de seu significado pelo seu uso metafórico. Aqui, pelo contrário, nos defrontamos com um daqueles raros casos em que é introduzida uma nova palavra que desde o início nunca teve um significado. Do mesmo modo, a proposição IIB3 deve ser rejeitada por duas razões. No erro de usar a palavra “nada” como um nome de objeto, ela concorda com as proposições anteriores. Mas, em adição, ela envolve uma contradição. Afinal, mesmo que fosse admissível introduzir “nada” como um nome ou descrição de um objeto, ainda assim a existência desse objeto seria negado em sua definição, considerando que a proposição (3) parte para afirmar sua existência. Essa proposição, portanto, seria contraditória, mesmo se já não fosse sem sentido.

Em vista dos grosseiros erros lógicos que encontramos nas frases IIB, devemos ser levados a conjecturar que talvez a palavra “nada” tenha, no tratado citado, um significado inteiramente diferente do usual. E essa presunção é, outrossim, fortalecida quando lemos ali que a angústia revela o nada, que o nada em si mesmo está presente como tal na angústia. Pois aqui a palavra “nada” parece referir-se a uma certa constituição emocional, possivelmente de um tipo religioso, ou alguma outra coisa que está na base de tal sentimento. Se tal fosse o caso, os mencionados erros lógicos das proposições IIB não seriam cometidos. Mas a primeira frase da citação, no início da seção, prova que esta interpretação não é possível. A combinação de “somente” e “e mais – *nada*” mostra, inconfundivelmente, que a palavra “nada”, aqui, tem o significado usual de uma partícula lógica que serve como expressão de uma proposição existencial negada. Esta introdução da palavra “nada” é, então, seguida imediatamente pela pergunta principal do tratado: “O que é este nada?”

Mas nossas dúvidas quanto a uma possível má interpretação ficam completamente dissolvidas quando notamos que o autor está claramente ciente do conflito que suas perguntas e proposições contradizem a lógica. “Tanto a *pergunta* como a *resposta* são, no que diz respeito ao nada, igualmente *contraditórias* em si mesmas. Assim, não é preciso; pois, que a ciência primeiro rejeite o nada. A regra fundamental do pensamento a que comumente se recorre, o princípio da não-contradição, a “lógica” universal, arrasa esta pergunta.” Tanto pior para a lógica! devemos abolir sua soberania: “Se assim se rompe o poder do *entendimento* no campo da interrogação pelo nada e pelo ser, então se decide também, com isto, o destino do domínio da “lógica” no seio da filosofia. A idéia da “lógica” mesma se dissolve no redemoinho de uma interrogação mais originária.” Mas estará a sóbria ciência em acordo com o turbilhão do questionamento contralógico? Para esta questão, também, já está dada a resposta: “A aparente sobriedade e superioridade da ciência se

transforma em ridículo, se não leva a sério o nada.” Desta forma, encontramos aqui uma boa confirmação de nossa tese; um metafísico, ele mesmo, chega à constatação que suas perguntas e respostas são irreconciliáveis com a lógica e o modo científico de pensar.

A diferença entre a nossa tese e aquela dos *primeiros antimetafísicos* é clara agora. Não enxergamos a metafísica como “mera especulação” ou “contos de fada”. As proposições de uma fábula não conflitam com a lógica, mas apenas com a experiência; são perfeitamente significativas, apesar de falsas. A metafísica nem mesmo é “superstição”; é possível acreditar em proposições verdadeiras e falsas, mas não é possível acreditar em sequências de palavras sem sentido. As proposições metafísicas nem mesmo são aceitáveis como “*hipóteses de trabalho*”; para uma hipótese é essencial uma relação de derivação com proposições empíricas (verdadeiras ou falsas), o que é justamente aquilo que falta às pseudo-proposições.

Com referência à, assim chamada, *limitação da capacidade humana de conhecimento*, algumas vezes uma tentativa é feita para salvar a metafísica promovendo a seguinte objeção: proposições metafísicas não são, na verdade, verificáveis pelo homem nem por qualquer outro ser finito; não obstante, poderiam valer como conjecturas sobre as respostas que um ser com poderes de conhecimento mais altos, ou ainda, perfeitos, daria para nossas perguntas e, como tal, as conjecturas seriam ao final dotadas de sentido. Para contrariar essa objeção, consideremos o seguinte. Se o significado de uma palavra não pode ser especificado, ou se a sequência de palavras não concorda com as regras de sintaxe, então nem mesmo se levantou uma questão, (pensemos apenas nas pseudo-questões: “esta mesa é babig?”, “o número 7 é sagrado?”, “que números são mais escuros, os pares ou ímpares?”). Onde não há uma questão nem um ser onisciente pode dar uma resposta. Agora o objetor pode dizer: do mesmo modo que alguém que vê pode comunicar novo conhecimento ao cego, um ser mais elevado poderia talvez comunicar-nos conhecimento metafísico, por exemplo, se o mundo visível é a manifestação de um espírito. Devemos refletir aqui, sobre o que significa “novo conhecimento”. Na verdade, é concebível que possamos encontrar animais que nos informem sobre um novo sentido. Se esses seres provassem o teorema de Fermat ou inventassem um novo instrumento físico ou estabelecessem uma lei da natureza desconhecida até agora, então nosso conhecimento seria aumentado com sua ajuda. Pois esse tipo de coisa pode ser testada, do mesmo modo que mesmo um cego pode entender e testar o conjunto da Física (e, portanto, todas as proposições dos que podem ver). Mas se aqueles seres hipotéticos nos relatam algo que não podemos verificar, então tampouco podemos compreendê-lo; neste caso nenhuma informação nos foi comunicada, apenas meros sons verbais sem sentido, ainda que possivelmente associados com representações. Segue-se que nosso conhecimento pode ser ampliado apenas quantitativamente por outros seres, não interessando se eles conhecem mais, menos, ou tudo; mas nenhum conhecimento de um tipo essencialmente novo pode ser adicionado. Aquilo que nos é incerto, pode vir a tornar-se

mais certo com auxílio de outro ser; mas o que é incompreensível, sem sentido, não pode se tornar dotado de sentido pela ajuda de um outro, não importa quão vasto seja o seu conhecimento. Portanto, nem um deus e nem um diabo pode nos dar conhecimento metafísico.

6. O SEM SENTIDO DE TODA METAFÍSICA

Os exemplos de proposições metafísicas que analisamos foram todos tirados de um único tratado. Mas nossos resultados se aplicam com igual validade, de maneira literalmente idêntica, a outros sistemas metafísicos. Se o tratado cita com anuência uma proposição de Hegel (“o puro ser e o puro nada são, portanto, o mesmo”) então, está correta. A metafísica de Hegel tem exatamente o mesmo caráter lógico que este sistema moderno de metafísica. E o mesmo vale para os restantes sistemas metafísicos, mesmo que o tipo de fraseologia, e com isso o tipo de erro lógico que ocorre neles, desvie mais ou menos do tipo que ocorre nos exemplos que discutimos.

Não seria necessário aduzir exemplos adicionais de proposições metafísicas específicas de diversos sistemas e analisá-las. Vamos nos confinar a uma indicação dos tipos de erros mais freqüentes. Talvez a maioria dos erros lógicos que são cometidos quando são feitas pseudo-proposições são baseados nos defeitos lógicos que se vinculam ao uso da palavra “ser” em nossa linguagem (e das palavras correspondentes em outras linguagens, ao menos na maioria das européias). O primeiro defeito é a ambigüidade da palavra “ser”. É usada algumas vezes como cópula prefixada a um predicado (“Eu estou com fome”), algumas vezes para designar existência (“Eu sou”). Este erro é agravado pelo fato de que os metafísicos freqüentemente não são claros sobre essa ambigüidade. O segundo defeito está na forma do verbo em seu segundo significado, o significado de *existência*. A forma verbal sugere enganosamente um predicado onde não existe um. Para ser exato, há muito tempo é sabido que a existência não é uma propriedade (Cf. a refutação de Kant da prova ontológica da existência de Deus). Mas não foi senão com o advento da lógica moderna que foi alcançada completa consistência neste ponto: a forma sintática que a lógica moderna introduz o sinal de existência é de uma forma tal que não é permitido, como um predicado, ser aplicado para sinais de objetos, mas somente a predicados. (cf. por exemplo, proposição III A, na tabela acima). Desde a antigüidade a maior parte dos metafísicos foi levado a pseudo-proposições em razão da forma verbal, e com isso a forma predicativa da palavra “ser”, por exemplo, “Eu sou”, “Deus é”.

Um exemplo desse erro encontramos no “*cogito, ergo sum*” de Descartes. Não façamos caso aqui das objeções materiais que têm sido levantadas à premissa – nomeadamente, se a proposição “eu penso” expressa adequadamente o pretendido estado de coisas ou se contém, talvez, uma *hypostasis* – consideremos as duas proposições somente do ponto de vista lógico-formal. Aí observamos, dois

erros lógicos essenciais. O primeiro está na conclusão “eu sou”. O verbo “ser” indubitavelmente está usado aqui no sentido de existência, pois uma cópula não pode ser usada sem predicado. Na verdade, o “eu sou” de Descartes sempre foi compreendido nesse sentido, mas neste caso a proposição viola a supramencionada regra lógica de que existência só pode ser enunciada em conexão com um predicado, não em conexão com um nome (sujeito, nome próprio). Uma proposição existencial não tem a forma “‘a’ existe” (como aqui: “eu sou”, isto é, “eu existo”), mas “existe algo de tal e tal tipo”. O segundo erro está na transição de “eu penso” para “eu existo”. Se a partir da proposição “P(a)” (“a tem a propriedade P”) uma proposição existencial deve ser derivada, então essa proposição pode afirmar a existência somente com respeito ao predicado P, e não com respeito ao sujeito ‘a’ da premissa. De “eu sou um europeu” não segue “eu existo”, mas “um europeu existe”. De “eu penso” não segue “eu sou”, mas “há algo pensante”.

A circunstância de que as nossas línguas expressam existência por um verbo (“ser” ou “existir”) não é um defeito lógico em si mesmo, é somente inapropriado, perigoso. A forma verbal facilmente nos induz ao erro de considerar a “existência” como um predicado. Chega-se, então, a tais modos de expressão logicamente incorretos e, por conseguinte, sem sentido, como vimos há pouco. Da mesma maneira, formas como “ente”, “não-ente”, que sempre tiveram um grande papel em metafísica, têm a mesma origem. Em uma linguagem logicamente correta tais formas nem sequer poderiam ser formadas. Parece que no Latim e no Alemão as formas “ens” ou “das Seiende” foram, talvez sob a sedutora influência do exemplo grego, introduzidas especificamente para o uso dos metafísicos; desse modo a linguagem deteriorou-se logicamente, enquanto se pensava corrigir um defeito.

Outra violação muito freqüente da sintaxe lógica é a chamada “confusão de esferas” de conceitos. Enquanto o erro anterior consistia no uso predicativo de um símbolo com significado não-predicativo, neste outro caso, um predicado, embora usado como predicado, é usado como um predicado de um tipo diferente. Temos aqui uma violação das regras da chamada “teoria dos tipos”. Um exemplo artificial é a frase que examinamos antes: “César é um número primo”. Nomes de pessoas e palavras para números pertencem a esferas lógicas diferentes, e, de modo correspondente, são os predicados de pessoas (por exemplo “general”) e predicados de números (“número primo”). O erro da “confusão de esferas”, diferentemente do uso previamente examinado do verbo “ser”, não é prerrogativa apenas da metafísica, mas ocorre com muita freqüência também na linguagem comum. Contudo, raramente cai-se no sem sentido. E a ambigüidade das palavras em relação às esferas é de um tipo tal que pode ser facilmente removida.

Ex: 1. “Esta mesa é maior do que aquela.”

2. “A altura desta mesa é maior do que a altura daquela mesa.”

Aqui a palavra “maior” é usada em (1) para uma relação entre objetos, em (2) para uma relação entre números, portanto, para duas categorias sintáticas distintas. O erro aqui é inofensivo; poderia, por exemplo, ser eliminado escrevendo “maior 1” e “maior 2”; “maior 1” é definido a partir de “maior 2”, por meio de que a forma da proposição 1 é explicada como sendo a mesma de 2 (e outras similares).

Dado que a confusão de esferas não causa dano na linguagem comum, ela normalmente não é sequer percebida. Isto de fato é apropriado para o uso comum da linguagem, contudo, tem ocasionado consequências desastrosas na metafísica. Aqui, conduzidos pelo hábito da linguagem comum, somos levados a “confusões de esferas”, que diversamente daquelas da linguagem comum, não são mais traduzíveis em forma logicamente correta.

Pseudo-proposições desse tipo são encontradas de forma especialmente freqüente, por exemplo, nos escritos de Hegel e Heidegger. Este último adotou muitas peculiaridades da “forma de falar” hegeliana e com elas também algumas falhas lógicas (por exemplo, determinações que deveriam relacionar-se a objetos de certo tipo são, ao invés, relacionados a uma determinação desses objetos, ou ao “ser-aí”, ou à “existência”, ou a uma relação entre esses objetos).

Concluindo que muitas proposições metafísicas são sem sentido, nos defrontamos com a questão de que não há, talvez, um montante de proposições significativas da metafísica que permaneceriam após a eliminação de todas as que são sem sentido.

De fato, os resultados que obtivemos poderiam originar a opinião de que na metafísica há um grande perigo de cair no sem-sentido, e que, contudo, se alguém quisesse fazer metafísica, poderia evitar cuidadosamente esses perigos. Mas, na realidade, não pode haver nenhuma proposição metafísica com sentido. Isto segue-se da tarefa que a metafísica atribui a si mesma: descobrir e apresentar um tipo de conhecimento que não é acessível à ciência empírica.

Vimos antes que o sentido de uma proposição está no método de sua verificação. Uma proposição diz somente aquilo que nela é verificável. Por isso, uma proposição, caso enuncie algo, pode somente enunciar um fato empírico. Se algo devesse ficar em princípio além do experimentável, nem poderia ser dito, nem pensado, nem perguntado.

Proposições (com sentido) são divididas nas seguintes espécies:

Primeiro, há proposições que são verdadeiras exclusivamente em virtude de sua forma (“tautologias”, de acordo com Wittgenstein; elas correspondem aproximadamente aos “juízos

analíticos” de Kant); nada dizem sobre a realidade. As fórmulas da lógica e da matemática pertencem a essa espécie; não são proposições sobre a realidade, mas servem para a transformação de tais proposições.

Em segundo lugar, existem as negações de tais proposições (“*contradições*”). São dotadas de contradição, ou seja, falsas em virtude de sua forma. Com respeito a todas as outras proposições, a decisão acerca da verdade ou falsidade repousa nas proposições protocolares. São, pois, (verdadeiras ou falsas) proposições de experiência e pertencem ao domínio da ciência empírica. Qualquer proposição que se deseja formar que não caia dentro dessas categorias se torna automaticamente sem sentido.

Uma vez que a metafísica não quer enunciar proposições analíticas, nem cair dentro do domínio da ciência empírica, é compelida a empregar palavras para as quais não são especificados critérios e que são, por conseguinte, vazias de significado, ou ainda, a combinar palavras com significado de um modo tal que nem uma proposição analítica (ou contraditória), nem uma *proposição empírica* é produzida. Ambos os casos resultam necessariamente em pseudo-proposições.

A análise lógica pronuncia então o veredito de ser sem sentido qualquer conhecimento alegado que pretenda estar além ou antes da experiência. Este veredicto atinge em primeiro lugar qualquer metafísica especulativa, qualquer conhecimento alegado por *puro pensamento* ou por *pura intuição* que pretenda ser capaz de se fazer sem a experiência. Mas o veredicto se aplica igualmente ao tipo de metafísica que, partindo da experiência, por meio de *inferências* especiais queira adquirir conhecimento sobre o que *está além e atrás da experiência* (por exemplo, a tese neo-vitalista sobre a presença de uma “entelêquia” atuante em processos orgânicos, que supostamente não pode ser entendida de modo fisicalista; a questão concernente à “essência da relação causal”, como para além da constatação de certas regularidades de sucessão; a fala sobre a “coisa em si”).

Além disso, o mesmo veredito vale para toda a *filosofia das normas*, ou *filosofia do valor*, sobre qualquer ética ou estética como uma disciplina normativa. Pois a validade objetiva de um valor ou norma (mesmo na opinião dos filósofos do valor) não é empiricamente verificável nem reduzida de proposições empíricas; não pode, por isso, ser expressa (em uma proposição com sentido) de maneira alguma. Em outras palavras: ou são indicados critérios empíricos para o uso de “bom” e “belo” e o resto dos predicados que são empregados nas ciências normativas, ou não são. No primeiro caso, uma proposição contendo tal predicado se torna um julgamento fático, mas não um julgamento de valor; no segundo caso, transforma-se em uma pseudo-proposição. É inteiramente impossível formar uma proposição que expresse um julgamento de valor.

Finalmente, o veredicto de ser sem sentido atinge também aquelas direções metafísicas que usualmente são chamadas, de modo impróprio, direções epistemológicas, a saber: o *realismo* (na

medida em que quer dizer mais do que o fato empírico de que os processos exibem uma certa regularidade, pelas quais se torna possível a aplicação do método indutivo) e seus oponentes: o *idealismo* subjetivo, o solipsismo, o fenomenalismo, e o *positivismo* (no sentido primitivo).

Mas, então, o que é resta para a *filosofia*, se todas e quaisquer proposições que declaram alguma coisa são de uma natureza empírica e pertencem à ciência fática? O que fica não são proposições, nem uma teoria, nem um sistema, mas apenas um método, o *método* de análise lógica. A discussão precedente ilustrou a aplicação negativa deste método: naquele contexto serve para eliminar palavras sem significado, pseudo-proposições sem sentido. Em seu uso positivo, serve para clarificar conceitos e proposições significativas, para a fundação lógica da ciência do real, e para a matemática. A aplicação negativa do método é necessária e importante na presente situação histórica. Mas, mesmo em sua prática presente, a aplicação positiva é mais fértil. Não podemos discuti-la aqui em maiores detalhes. A pesquisa de fundamentos lógicos é a tarefa indicada de análise lógica, que deve ser entendida como “*filosofia científica*” em contraste com a metafísica. Nessa tarefa querem trabalhar a maioria das publicações dessa revista.

A questão que considera o caráter lógico das proposições que obtemos como resultado de uma análise lógica, por exemplo, as proposições que ocorrem neste e noutros trabalhos lógicos, pode ser respondida aqui apenas insinuatamente: tais proposições são parcialmente analíticas, parcialmente empíricas. Pois estas proposições sobre proposições e partes de proposições, pertencem, em parte, à pura metalógica (por exemplo, “uma sequência que consiste de um símbolo-existência e um nome de objeto não é uma proposição”), em parte à metalógica descritiva (por exemplo, “a sequência de palavras em tal e tal lugar, em tal e tal livro, é sem sentido”). A Metalógica será discutida alhures. Será mostrado lá que a metalógica que fala sobre as proposições de uma dada linguagem pode ser formulada naquela mesma linguagem.

7. A METAFÍSICA COMO EXPRESSÃO DE UMA ATITUDE PARA COM A VIDA

Nossa alegação de que as proposições da metafísica são inteiramente sem sentido, que nada expressam, deixará mesmo aqueles que concordam intelectualmente com nossos resultados atormentados por um sentimento estranho: como pode ser explicado que tantos homens em todas as eras e nações, entre eles mentes eminentes, gastaram tanta energia, genuíno fervor desperdiçado, com a metafísica, se a última consiste de nada senão meras palavras, arranjadas de um modo sem sentido? E como se pode explicar o fato das obras da metafísica terem exercido tão grande influência sobre os leitores até o dia presente, se nem mesmo erros contém, mas completamente nada? Essas dúvidas são justificadas uma vez que a metafísica, de fato, tem um conteúdo; apenas

que não é um conteúdo teórico. As (pseudo) proposições da metafísica não servem para a *apresentação de representações*, nem as que existem (neste caso seriam proposições verdadeiras), nem as não-existent (neste caso seriam, no mínimo, proposições falsas). Elas servem para a *expressão da atitude de uma pessoa para com a vida* (“Lebenseinstellung”, “Lebensgefühl”).

Podemos aceitar, talvez, que a metafísica se desenvolve a partir da *mitologia*. A criança irada com “a mesa má” que lhe feriu. O homem primitivo procura reconciliar-se com o demônio ameaçador dos terremotos, ou adora a divindade das chuvas férteis com gratidão. Temos diante de nós personificações de fenômenos naturais que são a expressão quase poética da relação emocional do homem com o seu ambiente. A herança da mitologia é legada, de uma parte à poesia, que produz e intensifica os efeitos da mitologia sobre a vida, de modo deliberado; de outra, é deixada com a teologia que desenvolve a mitologia como um sistema. Qual é, agora, o papel histórico da metafísica? Talvez possamos considerá-la como um substituto para a teologia ao nível do pensamento conceitual sistemático. As fontes (supostamente) transcendentais do conhecimento da teologia são substituídas, aqui, pelas fontes naturais, ainda que supostamente transempíricas do conhecimento. Em investigação pormenorizada, o mesmo conteúdo que aquele da mitologia, é aqui ainda reconhecível por trás das diferentes roupagens: descobrimos que a metafísica também surge da necessidade de dar expressão a uma atitude do homem em relação à vida, sua reação emocional e volicional ao ambiente, à sociedade, às tarefas a que ele mesmo se devota, às desventuras que lhe sucedem. Essa atitude se manifesta, muitas vezes inconscientemente, como uma regra, em tudo o que um homem faz e diz. Ela se imprime também em seus traços faciais, talvez, mesmo em seu modo de andar. Muitas pessoas, agora, sentem o desejo de criar além dessas manifestações, uma expressão especial de sua atitude, através da qual poderia tornar-se visível de um modo mais sucinto e perceptível. Se tiverem talento artístico, eles encontram na produção de uma obra de arte a possibilidade de se expressar. O modo como a atitude perante a vida manifesta-se no estilo e na forma da obra de arte, já foi esclarecida por muitos (por exemplo, Dilthey e seus alunos). (Nessa conexão a expressão “visão do mundo” (“weltanschauung”) é usada com frequência; preferimos evitá-la em razão de sua ambigüidade, que obscurece a diferença entre atitude e teoria, uma diferença que é crucial para nossa análise). O que é essencial, aqui, para nossas considerações, é apenas o fato que a arte é um meio adequado, a metafísica, porém, é um meio inadequado, para a expressão da atitude básica. Claro, não é preciso uma objeção intrínseca sobre alguém usar o meio de expressão de que goste. Mas, no caso da metafísica, encontramos esta situação: através da forma de seus trabalhos, ela pretende simular algo que ela não é. Essa forma é de um sistema de proposições que, aparentemente, estão em relação de fundamentação umas com as outras, ou seja, a forma de uma teoria. Deste modo é simulado um conteúdo teórico, mesmo quando, como vimos, não existe tal conteúdo. Não é apenas o leitor, mas também o metafísico mesmo encontra-se no

engano de que através das proposições metafísicas algo é dito, que são descritos estados de coisas. O metafísico acredita que movimenta-se em território no qual verdade e falsidade estão em jogo. Na realidade, entretanto, ele nada declarou, apenas expressou algo como um artista. Que o metafísico encontra-se nesse engano, não podemos concluir do fato de que ele escolhe a linguagem como meio de expressão e frases declarativas como a forma de expressão; pois os poetas líricos fazem o mesmo sem sucumbir à auto-ilusão. Porém, o metafísico sustenta suas proposições com argumentos, reivindica consentimento ao seu conteúdo, polemiza contra metafísicos de posição divergente, tentando refutar suas asserções em seu tratado. O poeta lírico, por outro lado, não se dá ao trabalho de refutar as proposições de um poema escrito por algum outro poeta lírico, pois ele sabe que está no domínio da arte e não no domínio da teoria.

A música, talvez, é o meio mais puro de expressão da atitude básica, porque é inteiramente livre de qualquer referência a objetos. O sentimento harmônico ou atitude que o metafísico tenta expressar em um sistema monista, é expresso mais claramente na música de Mozart. E quando um metafísico declara a sua atitude heróico-dualista para com a vida, em um sistema dualista, não é, talvez, porque lhe falta a habilidade de um Beethoven para expressar essa atitude em um meio adequado? Os metafísicos são músicos sem habilidade musical. Por outro lado, eles têm uma forte inclinação para trabalhar dentro do meio do teórico, para relacionar conceitos e pensamentos. Agora, em lugar de acionar, por um lado, essa inclinação no domínio da ciência, e satisfazer, por outro, a necessidade de expressão na arte, o metafísico mistura as duas e produz uma construção que absolutamente nada faz pelo conhecimento e é algo inadequado para a expressão da atitude em relação à vida.

Nossa conjectura de que a metafísica é um substituto, ainda que inadequado para a arte, parece, além disso, confirmada pelo fato de que o metafísico que talvez teve talento artístico no mais alto grau, a saber, Nietzsche, evitou quase inteiramente o erro daquela confusão. Uma grande parte de seu trabalho tem conteúdo predominantemente empírico; trata-se ali, por exemplo, de análises históricas de fenômenos artísticos específicos, ou análises histórico-psicológicas da moral. Entretanto, na obra em que expressa mais fortemente aquilo que outros expressam pela metafísica ou pela ética, em *“Assim falava Zaratustra”*, ele não escolheu a enganadora forma teórica mas, abertamente, a forma da arte, da poesia.

OBSERVAÇÕES DO AUTOR (1957)

Para a seção I, “metafísica”. Este termo é usado nesse trabalho, como usualmente na Europa, para o campo do alegado conhecimento da essência de coisas que transcende o reino da ciência

indutiva empiricamente estabelecida. Nesse sentido, “*metafísica*” inclui sistemas como aqueles de Fichte, Schelling, Hegel, Bergson, Heidegger. Mas não inclui os esforços em direção a uma síntese e generalização dos resultados das várias ciências.

Para a seção 1, “sentido”. Distinguimos hoje, vários tipos de sentido, em particular sentido cognitivo (designativo, referencial), de um lado, e componentes de sentido não-cognitivo (expressivo), por exemplo, emotivos e motivadores, por outro. No presente trabalho, a palavra “*sentido*” é sempre entendida com a interpretação de “conteúdo cognitivo”. Assim, a tese de que as proposições da metafísica são sem sentido, deve ser entendida com a significação de que elas são desprovidas de conteúdo cognitivo, nenhum conteúdo declarativo. O óbvio fato psicológico de que elas têm sentido expressivo não é, por isso, negado; isto é explicitamente enunciado na seção 7.

Para a seção 6, “metalógica”. Este termo se refere à teoria de expressões de uma linguagem e, em particular, de sua relação lógica. Hoje, distinguiríamos entre sintaxe lógica como a teoria das relações puramente formais e semântica como teoria do sentido e das condições de verdade.

Para a seção 6, “realismo e idealismo.” Que tanto as teses afirmativas e negativas concernentes à realidade do mundo externo são pseudo-proposições, tentei mostrar na monografia *Scheinprobleme in der Philosophie: Das fremdpsychische der Realismusstreit*, Berlim, 1928. A natureza similar das teses ontológicas sobre a realidade ou não-realidade de entidades abstratas, por exemplo, propriedades, relações, proposições, é discutida em “*Empiricism, Semantics and Ontology*”, *Revue Intern. de Philos.* 4, 1950, 20-40, republicado em *Meaning and Necessity*, segunda edição, Chicago, 1956.

Versão inglesa de Arthur Pap como “The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language,” em *Logical Positivism*, ed. A.J. Ayer (New York: Free Press, 1959): 224/64.

(Este artigo, originalmente intitulado “Die Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache”, apareceu em *Erkenntnis*, vol. II, 1931).

Dezembro de 1931: <http://www.springerlink.com/content/v4345h1535w8700m/?p=0a653879f08a4b379a7b09e2c8e25815&pi=26>

(Versão portuguesa, por Adivo Paim Filho, Santa Maria, 1981, a partir de A. J. Ayer, Logical Positivism, The Free Press, New York, 1966, p. 60-81. Versão revisada e digitada por Josiana Hadlich de Oliveira, Gilson Olegario da Silva e Róbson Ramos dos Reis, em 2007 e 2009).